

## **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL DE GÂDVAO: A PRIMEIRA CRÔNICA DA “INVENÇÃO” DO BRASIL**

Marcella Lopes Guimarães (PUC-PR)

### 1. SOBRE CRÔNICAS E HISTÓRIAS:

Quando Pero de Magalhães de Gândavo concluiu o processo de escrita de sua *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* e a publicou em 1576, dois séculos já haviam se passado desde que uma tradição de escola história tivesse criado raízes firmes na Península Ibérica. É no início do século XV que Fernão Lopes (1385 – 1460) começa um ofício, realmente instituído, de registro do passado. Na verdade, o velho cronista medieval ou, se preferirmos, o primeiro humanista português, foi grande em seu tempo, levando em consideração outras escolas históricas do Ocidente Medieval, por “ter compreendido os acontecimentos e [ter se identificado] com a força transformadora dos mesmos” (NASCIMENTO, 2001, p.18). Podemos dizer que Fernão Lopes legou a Pero de Magalhães de Gândavo o sério cuidado contra a fantasia e a mentira. Parte das alterações feitas por Gândavo em seu texto, três vezes reescrito, tinha por objetivo expurgar justamente elementos fantasiosos, tão caros a autores seus coetâneos.

A escola histórica da Península fez nascer as *crônicas*, realizações literárias narrativas, herdeiras das velhas cronologias e repletas de ações militares. Dessas velhas cronologias cristãs, da época visigoda, podemos apontar quatro peculiaridades: a ordenação cronológica; o estilo plano, às vezes acrítico; o universalismo, que se oporia aos particularismos ligados a determinados reinos, como se deu depois, e o providencialismo (GALÁN SÁNCHEZ, 1994, p.15-40). As crônicas medievais ibéricas superaram algumas dessas características e redobraram a intenção formativa. Assim, é interessante perceber como Fernão Lopes traz o leitor para o texto, ora empregando a primeira ora a segunda pessoa do plural, a intenção da obra é clara, mobilizar associações à causa do Mestre de Avis.

Na Idade Média, chamavam-se *cronistas* os autores da História – “porque ordenavam os fatos mais ou menos cronologicamente, mas não (...) ‘historiadores’, já que lhes interessava o tempo presente ou próximo (...). A partir do século XVI, ressurgiu a história, erudita palavra de humanista, designando, desde então, os fatos que realmente aconteceram” (NASCIMENTO, 2001, p.18). Assim, poderíamos já chamar Fernão Lopes de historiador, embora ele assim ainda não se nomeasse. Entre o velho cronista medieval e o historiador renascentista, que foi Gândavo, é necessário reconhecer como herança o amor à verdade<sup>1</sup> e não há como ir muito mais além disso. Como se não bastassem dois séculos de distância, ainda que possamos aventar que Lopes tenha contribuído na redação da primeira crônica de seu sucessor<sup>2</sup>, Gomes Eanes de Zurara (1420 - 1474), é este o primeiro que assina um relato com cheio de mar de expansão.

### 2. SOBRE O SABER DE EXPERIÊNCIAS FEITO:

A *Crônica da Tomada de Ceuta* (1450) de Zurara é um panegírico do Infante Navegador, D. Henrique (1394 - 1460), que lida hoje, com olhos bem atentos, não consegue esconder o tanto de irresponsabilidade que havia em ser um ardido cavaleiro... O objetivo da conquista de Ceuta, no texto, é testar a ínclita geração e honrá-la com a cavalaria. Temos, portanto, um empreendimento com potencialidades comerciais inegáveis

(mesmo que fosse sobretudo dar proventos a uma nobreza sem guerra) travestido de cruzada. Esse empreendimento prova a “iniciação do reino português em estruturas econômicas de vanguarda e conservação de estruturas políticas tradicionais”(FRIGHETTO, 2000, p.19), que marcará de todo a expansão portuguesa.

Muito embora possamos reconhecer que se deve a D. João II (reinado: 1481 - 1495) a organização de um plano coerente de descobertas (MARQUES, 2001, p.201) e que seu reinado e o de D. Manuel (reinado: 1495 - 1521) foram dois dos mais fecundos para a expansão ultramarina (COELHO in TENGARRINHA, 2001, p.97), a mentalidade geral dos reis incluía a custo as exigências mercantis:

O estado português, ainda muito preso ao serviço e as bandeiras ideológicas, não está preparado e responde mal às novas tarefas. O rei é mercador mas não tem as manhas do mercador. Escolhe os altos funcionários da fazenda pela limpeza de sangue, pelas letras canônicas e teológicas e não favorece os mercadores profissionais ligados ao comércio internacional.(COELHO, 2001, p.100).

Eivada de contradições, a expansão se dá, entretanto. Navegações a oriente, mas também a ocidente<sup>3</sup>, já que o próprio Oriente poderia ser alcançado por outra direção. A teoria da esfericidade da Terra era aceita na corte de Avis. Um dos aspectos mais importantes da expansão portuguesa, da conquista de praças e do estabelecimento de feitorias ou postos alfandegários era o fato de que no início do século XVI “os portugueses pretendiam apenas um domínio dos mares eficaz, aliado a uma hegemonia política na forma de áreas de influência” (MARQUES, 2001, p 214). O que não é pouco, claro, ainda mais levando-se em consideração as possibilidades físicas limitadas do reino. Um marco dessa direção foi o estabelecimento do comércio de Arguim:

Em 1443, Nuno Tristão, em viagem, navegando além do Cabo Branco, descobriu o arquipélago de Arguim. O feito sacudiu a Nação. Arguim era uma ilha próxima da costa e muito povoada de mouros e mestiços. Ali havia abundância de água doce, fator geográfico favorável à organização de uma feitoria destinada aos resgates e à construção de um castelo para defesa dos estabelecimentos comerciais (...)/ A organização dos resgates de Arguim, garantidos por uma fortaleza, é de enorme importância por constituir o marco inicial de um tráfico assente numa feitoria, na qual se associam, pela primeira vez no Ultramar, o mercador e o militar. (...)/ Arguim tornou-se logo o foco de atração ultramarina, centro fundamental do comércio africano e primeira colônia da Europa cristã na enigmática “costa dos negros”. (DIAS, 1967, p.55/56).

É evidente que a expansão teve impacto no universo mental da sociedade portuguesa, ainda que a quantidade de publicações ligadas à doutrina e a outros assuntos da Igreja fossem sozinhas um terço de tudo o que foi publicado no século XVI (COELHO, 2001, p.101):

Para os homens do quatrocentos finissecular o mundo estava a mudar com uma evidência nunca vista e ao mesmo tempo a autoridade dos Antigos começava a ser posta em causa como antes nunca acontecera. E, no entanto, o horizonte continuava cerrado; a Terra já não era ptolomaica mas ainda não era outra coisa e o Céu escondia, por detrás do véu da astrologia judiciária, muitos dos seus segredos. Quando se põem os pés numa terra que, afinal, nenhum mapa, nenhum saber consagrado autorizava estar ali, a perplexidade (...) torna-se companheira de todos os dias. (ALMEIDA in TENGARRINHA, 2001, p.115)

Não nos espanta assim que algumas descrições de Gândavo, mesmo já no último quartel do século XVI tenham esse sabor de perplexidade, portanto. António Augusto Marques de Almeida afirma que, os anos em que vivem Gândavo e Camões, ou seja, antes da formação da ciência moderna, localizada por ele, a partir do século XVII, “são tempos de conhecimento pré-científico que prenunciam o alargamento dos horizontes da compreensão do mundo real, mas sem ultrapassar os quadros impostos pela formulação do olhar empírico” (ALMEIDA, 2001, p.108). Só realçando a importância da experiência como a origem do conhecimento dos portugueses é que podemos entender a profundidade da autopromoção épica de Camões: “Nem me falta na vida honesto estudo,/ Com longa experiencia misturado,/ Nem engenho, que aqui vereis presente,/ Cousas que juntas se acham raramente” (*Os Lusíadas*, X, 154 [grifos meus]).

Há, porém, quem tenha considerado o “realismo” de relatos apegados ao “saber de experiências feito” como debilidade do universo mental das letras lusitanas: “mal se esperaria coisa diversa, aliás, de homens em quem a tradição costumava primar sobre a invenção (...). De qualquer modo, raramente chegavam a transcender em demasia o sensível” (HOLANDA, 1959, p.3). Sérgio Buarque de Holanda julga o valor dessa diferença, em relação aos relatos castelhanos de mesma natureza, como prova do conservantismo crônico de uma sociedade que não se teria despojado de velhos padrões (p.352). Se os portugueses não contribuíram em volume de produção para a formação dos “mitos de conquista”(HOLANDA, 1959, p.10), com seu “tosco realismo” (HOLANDA, 1959, p.15), seria o caso de se considerar que o verismo denunciado pelo autor de *Raízes do Brasil* está ligado a uma escola de escrita da História que, em Portugal, foi singular a partir de Fernão Lopes. Embora marcadamente descritivo, o *Tratado da província do Brasil* de Gândavo é a primeira redação de uma *História* que foi laboriosamente pensada pelo autor, até se realizar por completo com a publicação de 1576.

Assim como o épico, Pero de Magalhães de Gândavo e Garcia de Orta<sup>4</sup> escrevem da experiência misturada ao honesto estudo, que infelizmente, porém, não logrou transformar o quadro mental da época, até porque as mentalidades são o tempo mais lento da História. Mesmo o cosmógrafo e matemático Pedro Nunes (1502 - 1578) pouco contribuiu para o dia-a-dia dos pilotos das embarcações<sup>5</sup>. As dedicatórias de Gândavo talvez tivessem por objetivo trocar saber pela proteção que pudesse beneficiar a circulação da obra. Prova disso pode ser o prólogo ao leitor, “discreto e curioso”<sup>6</sup>, em quem o autor depositava esperanças de que pudesse disseminar as informações de “fertilidade e abundância da terra do Brasil” (p.59) às pessoas que no reino “[viviam] com pobreza” (p.59).

### 3. SOBRE O TRATADO:

A primeira versão da *História* de Gândavo é dedicada à rainha, D. Catarina, avó de D. Sebastião, e ainda não se chamou *história*, mas sim *tratado*, o *Tratado da província do Brasil*, provavelmente escrito entre 1565 e 1572<sup>7</sup>, sobre o qual trataremos enfim.

António José Saraiva afirma que a literatura de viagens do século XVI assumiu várias formas, “desde os grandes tratados históricos ou geográficos em grossos volumes até curtas reportagens em folhetos de cordel”(SARAIVA, LOPES, s/d, p.299). Além do *Tratado descritivo do Brasil* (1587), de Gabriel Soares de Sousa, Saraiva nos lembra do *Tratado dos Descobrimentos* (1563), de António Galvão<sup>8</sup> e do *Tratado das Cousas da China e de Ormuz* (1570), de Frei Gaspar da Cruz<sup>9</sup>. Desses exemplos, podemos perceber o caráter

sério, minucioso e extenso do *tratado*. Capistrano de Abreu, por outro lado, vê no *tratado* uma intenção mais natural e menos social, quando pensa em Gândavo.

Marina Massimi elenca três tipos de fontes da Europa quinhentista que representaram o índio brasileiro, afirma que são de pelo menos três naturezas: crônicas, “ou seja, relatos históricos oficiais, os ‘tratados histórico-descritivos’ elaborados por viajantes e colonos no último quartel do século XVI, e os relatos jesuíticos” (MASSIMI, 2006), ou seja a distinção estabelecida pela professora tem a ver com o *status* da autoria, no caso do *tratado*, viajantes e colonos. É de Pedro Nunes o *Tratado da Esfera* (1537), que versa sobre astronomia, matemática e cartografia, trata-se, portanto, de ciência, escrita pelo cosmógrafo-mor da corte. Um exemplo fora da Península Ibérica, o italiano *Galateo (Dos Costumes)*, de 1558, é um tratado que versa sobre boas maneiras para a vida em sociedade.

Tratados foram também acordos entre reinos, depois de longos períodos de guerra, acertos de casamentos, possibilidades comerciais etc. Desses exemplos todos, podemos verificar uma diversidade de propósitos a que o *tratado* respondia, ideal, portanto para quem ainda não havia se contentado com um primeiro treino de escrita... Assim, o *Tratado da província do Brasil* pode ter sido chamado desta forma pela própria indefinição do seu autor em relação às potencialidades do livro, sério, minucioso, da autoria de um viajante humanista, “conhecedor do latim e do português (...) zoólogo, botânico, geólogo, etnólogo, excelente cronista, ou antes, historiador” (BERARDINELLI in GÂNDAMO, 2004, p. 8), que não queria celebrar heróis. Ainda que seu autor reconheça que se tratava de uma “breve informação”, “incompleta” talvez para seu rigor, já fora dedicado à própria rainha.

Na dedicatória à D. Catarina, Gândavo promove a obra, afirmando-a necessária, e a autoria, até então ninguém havia empreendido a escrita de pelo menos “um summario da prouíncia do Brasil” (p.55), serviço que ele, como “humil vassallo” pode assumir. Eleva ainda o valor da experiência, pois escreve do que viu e experimentou, mas surpreende quando concebe seu relato não a partir do enfoque óbvio do estrangeiro que escreve sobre um sítio novo, entende ser seu texto como “fruta da terra” (p.57).

Já sabemos que Gândavo, ao alterar o texto, muda também a quem ele é dedicado. Assim, na segunda alteração, que promove outro destinatário, o Cardeal Infante D. Henrique, sobressaem novos valores, além da vassalagem explícita que não fica enfraquecida sequer na última versão para D. Leonis Pereira. Gândavo reconhece no Infante interesse em dilatar as terras do império e pacificar os súditos, assim habitar o Brasil corresponde a esses propósitos, sobretudo para os pobres, “que se vão viver a esta provincia, que nisso consiste a felicidade e augmento della” (GÂNDAMO, 1980). O humanista escreve para um cardeal, assim, eleva a ocupação da nova terra como vontade de Deus, antes da do rei, e pede, com humildade, virtude do vassalo leal e do cristão, que o Senhor lhe conceda muitos anos, fórmula comum em textos dessa natureza, mas não menos evidente do quanto o nosso autor desejaria que quanto mais anos o Infante lograsse viver, mais fama a obra, a ele dedicada e ofertada, poderia alcançar.

Embora neste momento não seja nossa intenção comparar as redações que vieram a ser concluídas na *História da província*, é necessário, ao menos, encerrar com a descrição do que fica e do que é acrescentado por Gândavo quando dedica o texto a D. Leonis Pereira. Na última versão, antecede à dedicatória duas composições poéticas de Luís de Camões, amigo do autor. Gândavo eleva as qualidades de D. Leonis como cavaleiro e

entende retribuir com obras, com o seu texto, a fama do outro. D. Leonis é enobrecido por sua coragem e vitórias, mas pode se sentir honrado pelo trabalho do outro, pois tem particular afeição a coisas do engenho, “e que por isso não lhe será menos aceito o exercício das escrituras que o das armas (GÂNDAMO, 2004, p.36). O que Gândamo está a sugerir é o que Camões vai sintetizar com o seu: “Numa mão sempre a espada e noutra a pena” (*Os Lusíadas*, VII, 79)<sup>10</sup>. Coragem, engenho, honesto estudo, experiência e arte, coisas que juntas até que não se achavam raramente...

No prólogo ao leitor, além de prenunciar esperança para aqueles que viviam na pobreza em Portugal, Gândamo afirma que o Brasil poderia florescer tanto quanto as Antilhas de Castela. O autor se refere à possibilidade de descobrir metais preciosos e lamenta que até então isso não se tenha dado, porque faltavam pessoas dispostas a empreender a tarefa da busca. Se os moradores não queriam buscar tesouros, o que nos pode parecer surpreendente hoje, é preciso lembrar que, cientes do monopólio da coroa sobre esse tipo de exploração, os habitantes do Brasil achavam que a descoberta de metais preciosos os converteria em escravos da cobiça do reino (HOLANDA, 1959, p.66/67).

A coroa, a princípio representada pelo monopólio henriquino-régio, concentrava a roda de si toda a expansão, mas isso não significava que só as naus do rei ou da Ordem de Cristo navegassem, licenças eram concedidas mediante contrapartidas materiais (COELHO, 2001, p.96). Em 1444, o escudeiro e criado do Infante Navegador, Lançarote, solicitou uma licença para uma viagem de exploração comercial e, dos lucros alcançados, boa parte na captação de escravos, um quinto foi destinado ao próprio infante que, sem nada despendar, teria “amealhado 47 escravos”, segundo a *Crônica da Guiné* de Zurara (DIAS, 1967, p. 63/64), mas é possível que tivesse sido muito mais.

Embora a coroa investisse e arcasse muitas vezes com os prejuízos de perdas inevitáveis, no Brasil as iniciativas particulares não eram nada desprezíveis (DIAS, 1967, p. 100), daí a desconfiança de um tipo de exploração potencialmente comprometida no volume de lucros totais, levando em consideração o que precisava ser despendido sem a parceria da coroa. Como Gândamo dedica o *Tratado* à rainha, a referência à possibilidade de igualar a extração de tesouros lograda por Castela seria uma grande motivação para o investimento e povoação do Brasil, o que traria proveito para o povo.

O *Tratado da província do Brasil* é dividido em duas partes: a descrição das capitanias e a descrição “das cousas gerais por toda a côsta do Brasil” (p.123). Antecede a primeira parte um breve capítulo de “Declaração da costa”, em que o autor menciona as oito capitanias e por que os portugueses estão espalhados pelo litoral e não no interior da terra. São dois os motivos para isso, em primeiro lugar, por causa dos índios e, depois, pela necessidade de manter mais facilmente a comunicação com o reino. Na descrição das capitanias, os dados que Gândamo considerou importantes de cada um delas são: a sua localização; singularidades geográficas, como certos rios com potencial econômico, à margem dos quais seria possível estabelecer povoados; a população; índios; a quem pertence a capitania; seu tamanho; os beneficiamentos já realizados, como a instalação de tantos engenhos ou mosteiros da Companhia de Jesus, e o potencial econômico geral da capitania. Assim, sobre Pernambuco, a segunda referida pelo autor, sabemos que é capitão e governador Duarte Coelho de Albuquerque:

Auera nesta capitania mil vezinhos, tem vinte e três engenhos dassucre posto que três ou quatro delles não são ainda acabados (...) esta se acha h~ua das ricas terras do

Brasil, tem muitos escrauos índios ~q he a principal fazenda (...) Ha muito pao do Brasil e algodão de que enriqueç~e os moradores desta capitania (...) Ha nella h~u mosteiro de padres da Companhia de Jesus (...) Há dous Rios caudais ate a Bahia de Todollos Sanctos (...) (p.69 – 73).

As capitanias referidas por Gândavo, além de Pernambuco, são, pela ordem: Itamaracá, Bahia de Todos os Santos, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Da Bahia, Gândavo destaca o fato de ser essa a capitania a que tem a maior população de portugueses do Brasil e registra um dado interessante sobre a educação dentro do mosteiro da Companhia de Jesus: “Dentro da cidade (...) t~e collegio onde ensinão latim e casos de cõçiença” (p.77). Quando aborda a Capitania de São Vicente também revela dados específicos da atuação dos jesuítas: fazer índios cristãos; contribuir para a manutenção da paz entre os homens; restituir a liberdade dos índios cativos de resgates, coibindo a prática (p.121) etc.

Na capitania de Ilhéus, Gândavo parece se encantar com o peixe-boi, que tem pequenos braços e as fêmeas têm mamas “pellas quais mamão os filhos e criaõ se co leite (cousa ~q se não acha noutro peixe alg~u)” (p.89). Dá receita de preparo e revela o sabor, “assado parece lombo de porco ou de veado”(p.89). Mas há também, menos amistosos, tubarões em lagoas, bem como lagartos, cobras, outros monstros marinhos de diversas naturezas (p.91) e o bálsamo muito precioso. Na segunda parte, todo um longo capítulo, para os “bichos da terra”, além das cobras a que se referiu em Ilhéus, tigres, ratos, lobos marinhos e a preguiça. Do Rio de Janeiro, Gândavo reconhece a beleza, “esta he a mais fertil e viçosa terra que há no Brasil” (p.113) e ainda ressalta que o Rio e São Vicente são as mais frias terras que há no Brasil (p.117).

Gândavo trata dos índios nas duas partes do *Tratado*. Na descrição das capitanias, insere um capítulo sobre os aimorés, pois eles podiam ser encontrados de Ilhéus até junto do Espírito Santo. Os aimorés são singularizados pelo autor pela ferocidade a eles atribuída pelas populações locais, de origem portuguesa, e por índios que já privavam com essas populações. Sua língua era diferente, bem como a sua aparência: altos, alvos, “pareç~e gigantes” (p.95). Na descrição que faz o historiador não lemos qualquer traço da idealização do bom selvagem que foi disseminada na Europa muito por quem escrevia a partir de notícias de segunda ou terceira mão. Sérgio Buarque vê, porém, ainda uma diferença de abordagem em relação aos castelhanos:

Os portugueses não tiveram propriamente uma “leyenda negra” ou não a tiveram tão pública. É de admirar, por outro lado, o limitadíssimo espaço que, apesar de um contato assíduo com a cultura castelhana, chegou a ocupar, em sua vida intelectual, a especulação teórica em torno dos títulos legais da Coroa aos seus senhores ultramarinos ou à submissão dos habitantes dessas terras. (HOLANDA, 1959, p. 347).

Sérgio Buarque ainda afirma que a exaltação do índio só se dará entre autores da língua portuguesa no século XVIII, época em que “tendo cessado de corresponder para a maioria [deles] a uma realidade atual, já estava apto por isso, a converter-se em uma idealidade e em um símbolo: o símbolo de que se hão de valer depois os luso-brasileiros para se oporem aos portugueses da Europa” (HOLANDA, 1959, p. 349). Assim, em relatos portugueses contemporâneos a Gândavo serão correntes os derivados dos epítetos “cruéis e bestiais” para os índios, o que não quer dizer, talvez paradoxalmente, que as circunstâncias

da ação prática de jesuítas, por exemplo, dependesse da sua opinião sobre os mesmos índios, como também ressalva Sérgio Buarque (p.348).

A oposição dos aimorés aos portugueses e aos outros índios é ressaltada por Gândavo como grande obstáculo à ocupação do interior das capitânias onde eles podiam ser encontrados. Sua postura belicosa também é desenhada com detalhes, como o fato de viverem pela flecha (p.97) e estarem permanentemente em suspeição para fazer ou revidar ataques. Essa oposição à sujeição tão fortemente encarnada pelos aimorés faz com que o relato fique repleto de juízos sobre a personalidade desse povo, assim Gândavo afirma que os aimorés são feros e cruéis, “nã se pode co pallauras encarecer a dureza desta gente” (p.101).

No início da expansão portuguesa, a coroa preferia o estabelecimento de feitorias a conquistas belicosas de terras já densamente povoadas, as limitações físicas para levar a efeito um empreendimento desse porte não eram desprezíveis:

Na África continental não se tentou qualquer povoamento, excepto como base de alguma feitoria ou apoio a uma fortaleza tida por vital. A política portuguesa rejeitava ideias práticas de conquista e de império, que nem os recursos do País nem os objectivos preconizados pareciam justificar (...) Assim se explica por que motivo os Portugueses se empenharam tanto em converter ilhas desertas em colónias de povoamento, mas prestavam pouca ou nenhuma atenção a ilhas habitadas, tais como Fernão do Pó. (MARQUES, 2001, p.222)

Encarando dessa forma o projeto que norteou o início da expansão, o Brasil não deixa de ser exceção, ainda que o laboratório para a sua ocupação tenha sido a Madeira e os Açores, experiências de grande prosperidade para os portugueses. A colonização do nosso país começou arrastada exatamente por ser a nossa terra já povoada, contudo o clima, outras condições naturais e promessas de riquezas eram um convite, até para os interesses estrangeiros... D. Manuel precisou intervir na cobiça alheia (MARQUES, 2001, p.230), embora só com D. João III se tenha desenhado um plano efetivo de ocupação do Brasil. Era de se esperar que, pouco inclinados a conquistas de impérios alheios, os portugueses tivessem tentado primeiro contatos amistosos e, só depois de verem seus intentos malogrados, tenham recorrido a armas. Assim é que preciso entender o juízo de Gândavo, para quem parecia inexplicável, cruel e fera, a rejeição dos aimorés em travar conversas com os portugueses, “forçando-os” a recorrer sempre à espada.

Na segunda parte do *Tratado*, o autor volta aos índios, no maior capítulo da obra, o sétimo. Nem o capítulo das qualidades da terra é tão extenso, como, então, circunscrever a obra do autor à propaganda de imigração? Gândavo subdivide o capítulo em “da guerra dos índios”, “da morte ~q dão aos captiuos” e “dos resgates”. O autor se surpreende com a ocupação tão densa do “bárbaro gentio” (p.179). Esse é o primeiro dado, pois era o principal obstáculo à conquista dos portugueses, como vimos. O autor os opõe às “raças humanas” e afirma que a única compensação era o fato de os índios serem desavindos uns dos outros, pois, do contrário, se fossem aliados, os portugueses não teriam chance. É de Gândavo a famosa declaração sobre a língua – “a lingoa deste gentio toda pella costa he h~ua, carece de três letras – S – não se acha nella f, n~e l, n~e R, cousa digna despanto por ~q assy não tem fê n~emlei, nem Rei, & desta maneira viu~e sem justiça e desordenadamente” (p.181 e 183).

Não há elogios para a beleza prenunciada por um Pero Vaz de Caminha, sua surpresa fora suplantada pelos problemas concretos encontrados pelos portugueses para levar a efeito seu plano de ocupação. Gândavo afirma mesmo que seus enfeites os faziam disformes (p.211).

Um detalhe para além de interessante sobre a liderança ressaltado pelo autor era o fato de os índios terem apenas uma espécie de capitão ao qual obedeciam por vontade e não por força. Quais são as atribuições régias que o historiador não vê entre os chefes indígenas? – “não castiga seus erros n~e manda sobrelles cousa alg~ua contra sua vontade” (p.185). Assim, reis castigam e obrigam seus súditos a realizar aquilo que ultrapassa a vontade do vassalo...

Sobre sua belicosidade, vemos que não só os aimorés, mas todos os índios têm afeição à flecha. A única virtude que Gândavo eleva, por isso, é a coragem deles, pois estão sempre dispostos para a guerra e nela se mostram valentes e esforçados (p.189). Mesmo essa “virtude” em excesso, entretanto, é defeito, entrevisto no fato de os índios não temerem a morte. A descrição da morte que dão aos inimigos, suas etapas, até o ritual do alimento da sua carne é feita com riqueza de detalhes pelo historiador e nele ressuma crueldade, pois para Gândavo, que desconhece os melindres do outro que descreve a partir da sua cultura, os índios assim procedem por vingança e por ódio (p.201).

Novamente Gândavo se refere ao problema dos resgates e à atuação dos jesuítas para coibi-los. Na verdade, desde antes do relato do cronista régio Damião de Góis (1502 – 1574)<sup>11</sup>, a corte sabe que os índios não se mobilizam para guerras a fim de conquistar riquezas, cobiçavam as novidades que eram levadas pelos portugueses. Para o comércio dessas novidades, muitas vezes “vendiam” outros índios. Os portugueses, interessados no comércio de escravos, faziam as trocas de mercadorias por indígenas e chamavam essas práticas de *resgates*, o que obviamente se constituía em negócio altamente proveitoso, travestido de moralidade cristã. O novo cativo não escapava aos jesuítas que também tinham interesse nos mesmos índios, mas Gândavo escolhe seu lado, o dos jesuítas.

A extensão de páginas destinadas à narração das relações entre índios e portugueses está ligada também ao fato de que para Gândavo o trabalho daqueles que estavam submetidos como escravos era considerado fundamental para o estabelecimento de um povoamento efetivo do Brasil. O autor aborda a possibilidade de se encontrar metais preciosos na colônia, mas é no cultivo da terra que insiste. Assim, os pobres do reino teriam a possibilidade de mudar de vida se estivessem dispostos a se aventurar e trabalhar no Brasil, pois aqui “nenh~u pobre anda pellas portas a pedir como neste reino” (p.137).

Também no *Tratado* encontramos traços da teoria da longevidade relacionada ao novo mundo, ainda que atenuados, como observou Sérgio Buarque (p.276). Os ares da terra eram tão benéficos que faziam com que os velhos rejuvenescessem. É claro que, na chegada ao Brasil, sentiam a diferença de clima e até demoravam um pouco para se adaptar, mas logo remoçavam. Foi porque Gândavo viveu na colônia que temperou de bom senso a longevidade dos índios, tão propalada em relatos, até por Américo Vespúcio ((HOLANDA, 1959, p. 276). Para os que adoeciam também havia compensações, pois poderiam recuperar a saúde, desde que consumissem os alimentos frescos e sadios acessíveis na terra. Em relação a isso, não podemos menosprezar o fato de os portugueses terem se adaptado aos vegetais e frutos que no Brasil se cultivavam mais facilmente, aproveitando a mandioca para pão, por exemplo, em substituição ao trigo. Tanta é a



abundância elogiada pelo historiador – de frutos da terra e caça – que os moradores se sustentavam com regalo sem prejuízo de suas fazendas (p.157).

O *Tratado da província do Brasil* se encerra com o registro da insatisfação de seu autor:

Quisera tractar mais meudamente das particullaridades desta prouinça do Brasil, mas por ~q satisfizesse a todos com breuidade guardeime de ser comprido, posto ~q os louures da terra pedissem outro liuro mais copioso e de maior vollume onde se compreh~edessem por extenço as exçellenças e diversidades das cousas ~q há nella pela remédio e proueito dos hom~es ~q la for~e viuer (p.241)

Sabemos que Pero de Magalhães de Gândavo se daria a oportunidade de mexer no texto até a versão definitiva, ou seja até a *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. O século XVI em Portugal é tudo quanto sente um desconcerto..., na primeira metade, otimismo; na segunda, a crise, o retraimento e o desânimo. Mas para Gândavo, que escreveu da crise e do retraimento, o novo mundo merecia um volume copioso, porque como paraíso possível, ele fora reencontrado, o mundo renovava-se ali, ou melhor regenerava-se (HOLANDA, 1959, p. 232). Isso a tal ponto de poder salvar da pobreza e da doença os próprios portugueses, porque a Índia era o Brasil finalmente<sup>12</sup>.

#### REFERÊNCIAS:

1. DIAS, Manuel Nunes. *O descobrimento do Brasil – subsídio para o estudo da integração do Atlântico Sul*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora (editora da Universidade de São Paulo), 1967.
2. FRIGHETTO, Fátima Regina Fernandes. “A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa” in *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Editora Especial Brasil 500 anos, 2000.
3. GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. *El género historiográfico de la Crónica – las crónicas hispanas de época visigoda*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.
4. GÂNDAMO. Pero de Magalhães de. *A primeira História do Brasil – História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Texto modernizado e notas de Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
5. ----- . *Tratado da província do Brasil*. Apresentação do Professor Emmanuel Pereira Filho. Instituto Nacional do Livro (Ministério da Educação e Cultura), 1964.
6. ----- . *Tratado da Terra do Brasil* <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/ganda1.html> acesso em 7 de março de 2006. Texto-fonte: Pero de Magalhães Gândavo - *Tratado da Terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1980.
7. GÓIS, Damião de. *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Edição dirigida por Joaquim Martins Teixeira da Carvalho e David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
8. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.

9. MARQUES, O. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001.
10. MASSIMI, Marina. “Representações acerca dos índios brasileiros em documentos jesuítas do século XVI” in <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos05/artigo06.pdf> acesso em 16 de fevereiro de 2006.
11. NASCIMENTO, José Gaspar de Oliveira. *A Língua Portuguesa no século XV: Fernão Lopes*. Sorocaba (SP): TCM, 2001.
12. SARAIVA, António José, LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa* (16ª ed.). Porto: Porto, s/d.
13. TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru (SP): EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

---

<sup>1</sup> No caso de Fernão Lopes, um amor à verdade que possa ser comprovada por muitos. Ainda sim, o cronista dá ao leitor a oportunidade de escolha quando confronta diversas versões dos fatos.

<sup>2</sup> Evidências disso podem ser encontradas em GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV) – o espelho do rei: “Decifra-me e te devoro”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2004. 275 p.

<sup>3</sup> “Nomes portugueses em mapas dos começos do século XVI sugerem (...) a existência de expedições que podem ter alcançado a Flórida antes de 1500” – MARQUES, 2001, p.208.

<sup>4</sup> Autor de *Diálogos dos simples e drogas*, publicado em 1563, e perseguido pela Inquisição mesmo depois de morto.

<sup>5</sup> Conforme registra Manuel Nunes Dias, o escudeiro de Afonso V, Pedro de Sintra, em 1461, continuou as descobertas de Cadamosto e Diogo Gomes – “Nessa viagem, teria reconhecido a costa africana desde o estuário do Geba até a Mata de Santa Maria (...) ultrapassando, assim, a Serra Leoa./ Cadamosto descreveu a viagem. (...)” – p.90. Segundo a nota 255, da mesma página, “A viagem de Pedro de Sintra deu enorme contribuição à cartografia da época. A narrativa de Cadamosto possibilitou aos cartógrafos italianos emendar certos erros e fazer alguns acrescentamentos”. Esses dados comprovam como o conhecimento se fazia e se refazia à luz da experiência do novo.

<sup>6</sup> A edição do *Tratado da província do Brasil* utilizada neste artigo foi preparada pelo Instituto Nacional do Livro (Ministério da Educação e Cultura), pelo Professor Emmanuel Pereira Filho, e foi publicada em 1964. p.59. A apresentação do texto, publicado pela primeira vez justamente naquele momento, é rica em detalhes sobre os textos de Gândavo. Confronta fontes e aborda os manuscritos existentes.

As próximas citações do mesmo livro terão as suas páginas originais referidas no corpo do texto.

<sup>7</sup> Conforme estabelecido na apresentação da edição do *Tratado*

<sup>8</sup> “Uma história do reconhecimento marítimo da Terra, desde a Antigüidade até aos descobrimentos portugueses, espanhóis e outros dos séculos XV e XVI, com perspicazes anotações de geografia física, botânica, zoologia e etnológicas” – SARAIVA, LOPES, s/d, p.301.

<sup>9</sup> Tratado cujo ano da primeira edição coincide com o primeiro de Gândavo. O livro contém “descrição de cidades, burocracia, vida econômica e costumes” – SARAIVA, LOPES, s/d, p.300.

<sup>10</sup> A referência também está presente na nota 1 da dedicatória da edição de 2004.

<sup>11</sup> *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, 1ª parte, capítulo LVI.

<sup>12</sup> Na introdução da edição da *História da província*, modernizada por Sheila Hue e Ronaldo Menegaz, a primeira lembra de uma consideração do historiador Jorge Couto para quem Gândavo “teve a lucidez de acentuar que o futuro de Portugal se situava no Atlântico, e não no Oriente”, p.25.